

Tara

Melville J. Herskovits - A genealogy of ethnological theory. In Melford E. Spiro (ed.) - Context and meaning in cultural anthropology. New York, The Free Press, 1965. Tradução de T. Hartmann.

Uma genealogia da teoria etnológica

Melville J. Herskovits

O objetivo deste artigo é sugerir um quadro para estudos detalhados da sequência de idéias que marcaram o desenvolvimento da etnologia. Análises sistemáticas das relações entre posições teóricas sucessivas que marcaram as outras sub-disciplinas antropológicas são igualmente necessárias - para a antropologia física, arqueologia ou linguística, para não mencionar as especializações mais recentes em organização social, etnopsicologia, economia, arte e música.

É desejável também que um esquema de dimensões semelhantes seja traçado para a antropologia como um todo. Uma genealogia tal como é sugerida aqui, relativa a uma única sub-disciplina, toca apenas de leve os problemas centrais que todos os antropólogos enfrentam e que dizem respeito a coisas como a evolução das formas hominidas, o desenvolvimento da ~~humana~~ capacidade humana de construir cultura, a relação entre a dotação biológica e o comportamento ou, como se diz convencionalmente, entre raça e cultura, a interação entre língua e cultura e, num plano mais geral, entre tipo físico, língua e cultura. Todos esses problemas tem uma longa e contínua história. As teorias sobre o componente ecológico que influencia ou mesmo determina a forma e o comportamento do homem ou que procuram explicar as semelhanças e diferenças psíquicas observadas, refletem apenas dois dos muitos problemas que, envolvendo várias sub-disciplinas, vêm sendo estudados desde os primeiros dias de nossa ciência.

Algumas tentativas ao longo dessas linhas mais amplas já foram feitas. Uma das mais antigas, a de Haddon (1934), dividia-se em três secções - "Biologia humana", "Antropologia cultural ou etnologia" e "Sociologia comparada". É digno de menção que na edição seguinte o estudo das culturas pré-históricas e da linguística ~~é~~ colocado na segunda secção do livro, enquanto o único capítulo que constitui a secção final é intitulado "Sociologia (inclusive religião)". A tentativa seguinte, de Penniman (1936) procurou integrar os diversos aspectos da disciplina, mas seu livro ficou seriamente prejudicado por erros de fatos e por numerosas omissões de desenvolvimentos significativos. A maioria dos trabalhos é mais limitada, referindo-se a desenvolvimentos numa sub-disciplina individual ou descobrindo correntes de teoria antropológica dentro de um determinado país,

estudo de Lowie (1937) é um exemplo disso. Houve também tentativas de promover um senso de continuidade através da publicação de coleções de artigos que influenciaram o pensamento antropológico, tais como aquelas editadas por de Laguna (1960) ou por Mead e Bunzel (1960), que apresentaram especialmente os escritos de antropólogos americanos. Não-antropólogos, e o mais recente é Hays (1958), também foram atraídos pela riqueza desse campo. A equilibrada avaliação de uma dessas tentativas por Hallowell (1962) torna outros comentários supérfluos.

A genealogia da teoria etnológica aqui apresentada foi concebida em termos gerais e apenas se refere às posições mais importantes verificadas no desenvolvimento da sub-disciplina. Obviamente, não foi possível escapar à interação entre teoria e métodos (cfr. Herskovits 1954, passim). Praticamente toda posição teórica desenvolveu-se através do uso de um tipo de método particular. E em alguns casos até, as considerações metodológicas dominaram as preocupações daqueles que desenvolveram uma dada teoria da cultura.¹⁴ Poderíamos apostar que, se perguntados que ideias associam ao grupo histórico-cultural austriaco-germânico, a maioria dos antropólogos mencionaria os princípios da forma e da quantidade como critérios de relações históricas. Basta ~~excusivamente~~ pensar apenas na importância do componente metodológico na abordagem funcionalista. Na verdade, nessas duas posições, o método não apenas predomina, mas a estrutura teórica é relativamente simples.

A esta altura é necessário tornar explícito que, ao indicar a relação entre teoria e método, isto não implica em dizer que a etnologia é predominantemente método e tem apenas um pequeno arcabouço teórico. Dentro da melhor tradição científica, ambos se desenvolveram concomitantemente na maioria dos casos, seguindo assim as induções exigidas pelos princípios da metodologia científica. Não existem antropólogos "não-científicos" que estudam cultura sem orientação teórica. Mesmo aqueles que mais assiduamente se devotaram à etnografia refletem em seus relatórios o quadro teórico que ordenou seus dados. O inverso é igualmente verdadeiro. Existem poucos antropólogos cuja dedicação ao estudo de problemas de teoria cultural seja tão completa que eles deixem de lado os fatos relevantes. Na verdade, os nossos melhores teóricos são todos pesquisadores de campo experimentados. Os antropólogos que, no passado, se ocuparam exclusivamente de teoria e não tiveram experiência na pesquisa de campo – os "antropólogos de gabinete" como eram chamados – desenvolveram caracteristicamente fortes mecanismos psicológicos de compensação.

→ Deve-se ter muito cuidado com o ~~tm~~ conceito de "escola". Trata-se de um termo que nos ocorre facilmente e, se usada com discernimento, apresenta

uma certa utilidade. Seu emprego é admissível se ~~num~~ por "escola" entendermos um grupo de estudiosos que, de um modo geral, defendem um certo ponto de vista geral e que emergiram de uma única corrente de treinamento. O principal perigo no uso do termo surge da tentação de ~~num~~ considerar um tal grupo como monolítico. Em consequência disso, importante nuances de teoria, ou seja, o fato de que aqueles que tem uma posição geral comum raramente concordam quanto a detalhes, tende a ser negligenciada. Aplicando um princípio bem conhecido da dinâmica cultural, podemos dizer que ao desprezar estas nuances estamos esquecendo do fator de variação que na teoria antropológica, assim como em qualquer outro elemento da cultura, tem sido o fator principal da mudança.

Assim, por exemplo, se falamos dos evolucionistas clássicos como uma "escola", estamos desprezando as diferenças significativas entre Spencer e Tylor, ou a controvérsia entre Morgan e McLennan. Também não se pode falar com propriedade da "escola de Boas". Estudantes de Boas concordavam a respeito de certas áreas gerais e amplas de conceito e método. Mas basta pensar quão diferentes eram os interesses de Sapir e de Spier, os tipos de problemas que eles estudaram e as razões pelas quais os estudavam. ~~num~~ Em relação a uma posição teórica tão fundamental ~~num~~ no significado do termo "história" em antropologia, a diferença entre Boas e um de seus próprios alunos, Kroeber, foi tão grande que deu origem a uma controvérsia que se tornou famosa na história da antropologia. As diversas variedades de funcionalistas ou as diferenças que podem ser encontradas nos escritos dos estruturalistas sociais também podem ser mencionadas.

Também é importante que a identificação de posições particulares com antropólogos de nacionalidades diferentes seja mantida em seu mínimo. Em alguns casos isso é inevitável, como acontece com as três grandes variedades de teoria difusãoista em que as identificações nacionais esgueiram-se ^{num} linguajar comum que reflete a preponderância de ~~num~~ seguidores derivados de um determinado país. Às vezes verifica-se uma auto-identificação, como aquele grupo na Inglaterra que se concentra no estudo da estrutura social e tendem a referir-se à sua posição como a de "antropólogos sociais ingleses". E no entanto, o grosso de sua teoria vem dos sociólogos franceses, especialmente Durkheim, e suas contribuições influenciaram os antropólogos de numerosos países fora da Inglaterra que seguiram seu exemplo no estudo da organização social.

Existe, entretanto, um aspecto da história antropológica em que o fator nacionalidade tem importância. Ele diz respeito à área de estudo e

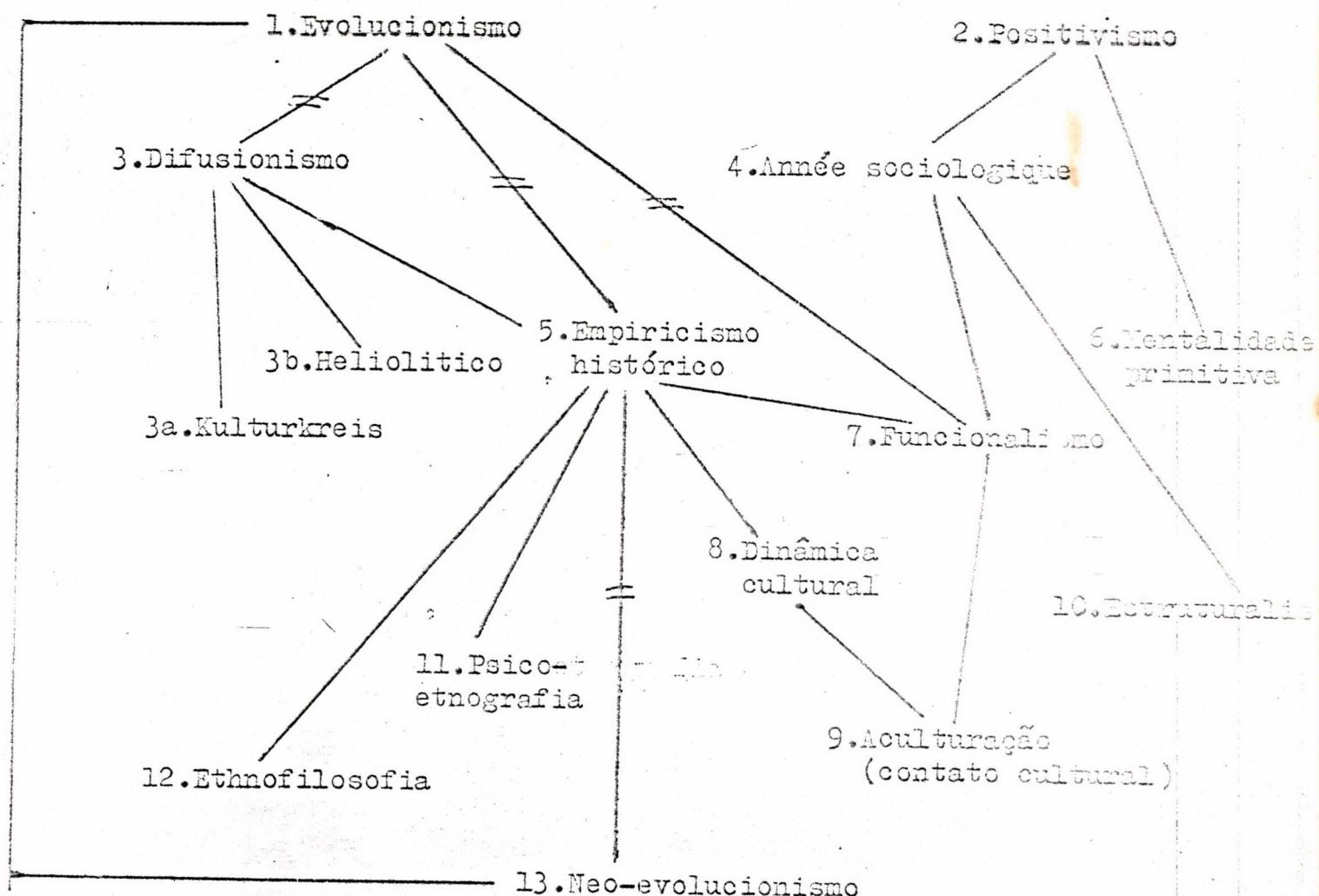
tornou-se importante com o desenvolvimento da tradição de trabalho de campo. Seguindo talvez as linhas de menor resistência, os cidadãos de um determinado país tenderam a estudar naquelas áreas que faziam parte daquele país ou eram governadas por ele. Embora o Congresso International de Americanistas tenha sido fundado por antropólogos europeus, e a tradição de pesquisa americanista continue a ser importante no continente da Europa, a maioria dos antropólogos nos campos americanistas são cidadãos de países da América do Norte e do Sul. Apesar do desenvolvimento da antropologia nos Estados Unidos, muito tempo se passou antes que qualquer proporção apreciável de antropólogos começasse a estudar culturas asiáticas, da área pacífica, ou africanas. Praticamente nenhum antropólogo da Índia estuda índios americanos. A coisa ainda vai mais adiante, pois na África os antropólogos franceses realizavam suas pesquisas principalmente nos territórios africanos franceses, os belgas estudavam povos do Congo, os ingleses os das possessões inglesas, os portugueses os da Guiné, Moçambique e Angola; e os trabalhos de antropólogos desses países europeus continuaram a concentrar-se nestas áreas mesmo depois da descolonização.

Intimamente ligado ao conceito de "escola" está o do "mestre", seu fundador e líder, considerado a fonte de suas ideias e cujos escritos predominaram no desenvolvimento de sua posição. Também aqui devemos tomar cuidado se quizermos obter uma ~~pxxph~~ perspectiva histórica equilibrada. Como em qualquer ciência, existiram profissionais fora do comum que influenciaram profundamente o desenvolvimento de nossa disciplina através de seus escritos, suas aulas e os escritos de seus alunos. Em alguns casos, a personalidade emerge de modo proeminente por causa das identificações que realmente se estabeleceram entre um homem e uma posição. Não é possível discutir o ponto de vista difusão-heliolítico sem considerar o papel quase único desempenhado por Elliott Smith ~~na~~ concebê-lo, desenvolvê-lo e dominá-lo. De outro lado, seria extremamente difícil atribuir a qualquer outro antropólogo uma posição análoga ao se discutir psicoetnografia. Entretanto, mesmo quando um homem predominou no desenvolvimento de uma dada posição e levou seu nome a ser identificado com um conceito ou enfoque particular, o fato do desvio dessa posição por aqueles que² aceitaram em princípio jamais pode ser negligenciado. Desses desvios é que surgiram na maior parte das vezes os avanços em nossa disciplina.

A genealogia aqui apresentada refere-se à história da etnologia apenas a partir do momento em que a antropologia se tornou uma ciência auto-consciente. O que implica que a antropologia tem uma prehistória in-

telectual. Como no caso do desenvolvimento da cultura humana em geral, a prehistória antropológica abrange um período de tempo bem maior do que a sua história. É da máxima importância que este período mais antigo seja exaustivamente estudado, pois do contrário seremos incapazes de compreender como e por que a antropologia, como disciplina específica, com objetivos designados e metodologia própria, chegou a surgir. Devemos procurar nos relatórios de viajantes, desde os tempos mais antigos, os dados de fato que fornecem e determinar as idéias que influenciaram sua apresentação de fatos. Exercitamos a humildade científica e o esclarecimento histórico quando encontramos certos problemas, como a atual preocupação em saber se a antropologia é ciência ou história, já formulados no século XIV (Mahdi, 1957).

Embora reconhecendo a importância do conhecimento dos precursores, devemos também reconhecer que a história da antropologia, em sentido estrito, não é a sua prehistória. Portanto, é no momento em que ela se torna uma ciência reconhecida, com toda a parafernália de teoria e método explícitos que a palavra pressupõe, que começa o nosso diagrama (Fig.1). Em outras palavras, estamos interessados na história da etnologia a partir aproximadamente de meados do século XIX.



A grande contribuição dos evolucionistas foi por em ordem os dados submetendo a tratamento sistemático a confusão de fatos encontrados nas narrativas de viajantes, missionários, administradores e outros. Se considerarmos os tres grandes exponentes do evolucionismo, verificaremos que seus métodos diferiam consideravelmente. Morgan, como ninguém antes dele, formulou suas teorias a partir de dados de campo obtidos por ele mesmo ou por outros a seu pedido. Spencer foi um dos mais completos deducionistas que a ciência jamais teve, documentando suas teorias preconcebidas citando apenas aquela evidência que as apoiava. Tylor encontra-se entre os dois, induzindo princípios de suas leituras, mas também estimulado por suas primeiras experiências transculturais de primeira mão.

Todos os evolucionistas clássicos concordavam entre si a respeito da progressão ordenada da civilização humana como um princípio orientador e, ao nível de método, todos consideravam possível determinar as mais antigas formas da civilização humana ~~a partir~~ dàquilo que eles chamavam de sociedades "mais simples". Foram eles que estabeleceram o termo "primitivo". Dentro de seus quadros de referência esta palavra era o equivalente de "primevo", o que demonstrava um sentido semântico correto. Para eles, estas populações, retardatárias no caminho do progresso, tinham utilidade científica como ancestrais contemporâneos das civilizações mais "avançadas". Quando se entende este fato histórico comprehende-se que eles não podem realmente ser responsabilizados pelos significados conotativos mais recentes que continuamente diminuiram a ~~essa~~ utilidade científica da palavra.

Contemporâneo ~~xx~~ dos evolucionistas clássicos, mas numa corrente diferente, encontramos o positivismo de Augusto Comte. Ao colocar o positivismo em nossa genealogia, nós saímos do campo da etnologia propriamente dita. Mas considerando a influência exercida sobre o pensamento antropológico mais recente por teorias derivadas da posição positivista, particularmente sobre duas grandes correntes no desenvolvimento da teoria etnológica, sua inclusão é essencial. O positivismo também é significativo de um outro ponto de vista. O aspecto sociológico do estudo do homem sempre teve um lugar de importância no pensamento antropológico. E isso está certo, pois especialmente no estudo de uma determinada cultura, o primeiro passo para a organização dos dados é saber como os membros de uma dada sociedade se organizam e quais as relações que existem entre eles. A linha divisória entre o estudo dos aspectos sociológicos da cultura e o da cultura como um

todo sempre foi indeterminada. Outra razão para incluir os sociólogos franceses em qualquer análise histórica do desenvolvimento da teoria etnológica é que Lévy-Bruhl (1949), cuja tese da "mentalidade primitiva" estimulou tanta controvérsia antropológica, é um deles.

3
trostadas o
outros fatores
e devem ser
no topo
Ela tem
mais
que
representaram reações negativas. As posições heliolítica e "Kultur-kreis" reagiram contra a incapacidade do enfoque evolucionista de incorporar adequadamente o fator dos empréstimos culturais no estudo do desenvolvimento cultural. Os empiricistas históricos que também enfatizavam a importância da investigação da história da cultura, não estavam, além disso, satisfeitos com a ordenação de modos de vida numa escala de valores que ia dos mais baixos aos mais altos, com o conceito de "ancestral contemporâneo" e com o uso do método comparativo em sua forma clássica. A reação funcionalista foi essencialmente metodológica e focalizou os seus ataques neste último ponto, acrescentando ainda críticas à abordagem "de gabinete" na análise de dados etnológicos.

Essas críticas foram tão vigorosas, que se verificou até uma tendência de esquecer as contribuições substanciais que os evolucionistas fizeram. Mas, dentro da perspectiva histórica, verificamos que aqueles que assumiram as posições indicadas na Fig. I com o sinal \neq - isto é, aqueles cujas reações foram negativas - deviam mais aos seus predecessores do que pensavam. Foi sobre as suas contribuições e sobre as reações que elas estimularam que se construiu a estrutura posterior da teoria e do método etnológicos.

A esta altura podemos quebrar a nossa sequência cronológica para considerar dois desenvolvimentos mais recentes que continuaram dentro da tradição do evolucionismo clássico. O primeiro deles, a posição marxista, tem apenas um interesse antropológico tangencial, pois ela é mais política do que científica, a não ser na medida em que ela continua a orientar as pesquisas de nossos colegas nos países comunistas. É desnecessário contar aqui a história do descobrimento de Marx da obra de Morgan, do uso que Engels fez das anotações de Marx ao escrever seu livro A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, que se tornou um clássico socialista e um trabalho básico na teoria marxista. Não se pode ignorá-lo pois, como suas conclusões foram incorporadas pela ideologia socialista, ele constitui o quadro de referência dos antropólogos comunistas para abordar os seus dados.

O outro desenvolvimento dentro da tradição do evolucionismo clássico é o neo-evolucionismo. Com exceção dos estudos de Childe, essa cor-

rente manteve-se até agora confinada aos Estados Unidos. A metodologia nesse caso tem importância secundária, a não ser na medida em que se utilizam dados ilustrativos, particularmente analogias, derivados das ciências físicas e biológicas. O neo-evolucionismo subdivide-se em dois ramos. O primeiro é o de White e seus associados que, ao distinguir entre "evolução" e "história" baseiam sua concepção de mudança ordenada no uso progressivamente mais eficaz de energia, e concebem a cultura como uma entidade que existe acima e além de seus portadores humanos. O segundo, o de Steward e outros, é denominado "evolução multilinear". O objetivo daqueles que defendem a evolução multilinear é descobrir, através do estudo empírico, regularidades no desenvolvimento de formas culturais particulares. Esta segunda variante é apenas mencionada nesta altura porque seus partidários empregam o termo "evolução" para descrever sua posição; quanto ao mais seu tipo de preocupação poderia ser melhor classificado junto com outras abordagens da dinâmica da mudança cultural.

É interessante verificar que duas das três escolas difusãoistas murcharam no pé. A teoria heliolítica caiu com seu próprio peso. Muito discutida durante a década de 1925-35 por causa do vigor da polémica de Elliot Smith, suas deficiências logo se revelaram e ela desapareceu do cenário antropológico. A "Kulturkreislehre" foi outro caso. No nível do método ela introduziu certos conceitos que se tornaram itens necessários nas reconstruções de contatos históricos entre povos não letrados. Mas a sua insistência em supor relações históricas apesar da inausência de vias verificáveis através das quais o contato entre populações poderia ter-se dado, em atribuir um conservantismo extremo à tradição e a coleta mecânica de traços para formar seus "complexos" eventualmente forçaram a sua rejeição. O que ficou foi o assim chamado "princípio histórico" que continua a dominar a pesquisa etnológica na Alemanha e na Áustria.

O empiricismo histórico que, em um certo sentido, poderia ser considerado uma terceira abordagem difusãoista, foi uma das posições mais frutíferas no estímulo que deu ao desenvolvimento da teoria etnológica, como bem mostra a Fig. 1. A razão para isto deve ser procurada na ampliação dos interesses daqueles que elaboraram os seus pressupostos básicos, ou seja, que as conclusões devem derivar de dados de campo e que estes dados, coletados sem a interferência de julgamentos de valor ou categorias derivadas da cultura do estudioso, devem abranger toda a gama das instituições culturais, notando-se o comportamento característico em cada uma e, sempre que possível, indicando as relações entre componentes.

Considerando o princípio histórico como base, considerava-se que, ao serem feitas tentativas de reconstruir o passado de povos sem histórias escritas, as comparações deveriam ser feitas em áreas geográficas limitadas onde o contato histórico real pode ser facilmente pressuposto. A formulação mais explícita desta posição foi feita por Sapir (1916); e o seu florescimento, no sentido de uma demonstração de suas possibilidades para a recuperação de contatos passados entre povos não-históricos, encontra-se na análise de Spier (1921) de ~~previamente~~ investigações de campo da dança do sol entre os índios das pradarias.

O empiricismo histórico é frequentemente denominado "Americano", mas isto só é correto na medida em que Boas foi sua origem e sua influência emanou dos Estados Unidos. Mas Boas estava intimamente relacionado com seus contemporâneos europeus ~~xx~~ e influenciou muitos deles. Mauss seguiu os seus trabalhos de perto e as discussões de Boas com Lévy-Bruhl sobre o conceito de mentalidade primitiva e que duraram vários anos constituiram um dos fatores que levaram este último (Lévy-Bruhl 1949) a rejeitar este conceito-chave de sua teoria. A posição teórica do empiricismo histórico e suas práticas metodológicas encontram-se também nos trabalhos do grupo escandinavo; através da influência de Bogoras, uma figura reverenciada na antropologia russa, esta posição pode ser mesmo encontrada na atual geração de antropólogos russos.

Como já observamos, o funcionalismo desenvolveu-se parcialmente a partir de uma reação negativa ao evolucionismo, e em parte como resultado da influência dos sociólogos franceses. Ele talvez tenha uma outra origem possível a que se deu pouca importância e que seria difícil documentar. Diz respeito ao estímulo que Malinowski, com quem o termo está mais associado, derivou do contato com desenvolvimentos que estavam ocorrendo no início da década de 1920 nos Estados Unidos. Lembremo-nos que Paul Radin passou o ano 1923-24 na Inglaterra. Seu impacto pode ser vislumbrado na abordagem revolucionária à psicologia social encontrada na obra de Bartlett (1928), publicada mais ou menos por volta dessa época. O que não é tão bem conhecido é que Radin tinha longas discussões com Malinowski. Posso introduzir a esta altura um dado pessoal. Meu contato inicial com Malinowski, em Londres, deu-se em 1924. Eu me encontrei com Radin pela primeira vez, em Paris, logo depois que ele deixou a Inglaterra para ir para o continente. Fiquei impressionado com a vivacidade do interesse de Malinowski pelo que estava sendo feito pelos antropólogos americanos e a sua consciência de como seus conceitos e métodos concordavam com seu próprio ponto de vista; através de Radin fiquei sabendo da compatibilidade dos

pontos de vista dos dois homens. As razões da abrupta mudança de atitude que marcou a posterior intensa hostilidade de Malinowski ao empiricismo histórico constitui um problema importante e excitante na história da antropologia. Posso, entretanto, acrescentar que esta mudança foi tão súbita e tão grande que ela me desnorteou completamente quando encontrei Malinowski pela segunda vez, em Nova York, em 1926.

Tal como foi enunciado inicialmente, o funcionalismo era antes de tudo um método; pode-se verificar isto claramente lendo as apreciações da obra de Malinowski por aqueles que estudaram com ele (Firth 1957, passim). Longos períodos de trabalho de campo e domínio da língua do povo a ser estudado eram considerados requisitos básicos para a pesquisa antropológica. O uso de informantes e intérpretes era rejeitado e este ponto era ~~especializado~~ salientado pela ênfase dada ao recurso metodológico descrito pela frase "o observador participante". Como as conclusões só eram consideradas válidas se derivadas da observação direta, a reconstrução histórica era considerada infrutífera. Uma outra objeção aos estudos de distribuição era que em muitas pesquisas os dados eram fragmentários e arrancados do contexto cultural, tal como no método comparativo clássico.

Como Malinowski dizia, a designação "funcionalismo" foi cunhada por volta de 1925. Seus fundamentos teóricos não foram formalmente estabelecidos até duas décadas depois em suas obras póstumas. Entretanto, as linhas gerais de sua teoria ficavam claras quando extraídas dos dados etnográficos em que elas estavam dispersas nos escritos de todos aqueles que aderiram à posição funcionalista. Neste nível, a interação entre os elementos culturais era enfatizada; inversamente, o catálogo de traços que estava sendo fomentado por Wissler e que foi mais tarde usado por Kroeber e Driver foi atacado como um exercício em irrealidades científicas. O papel teleológico atribuído à cultura evidenciava-se na ênfase dada ao seu caráter como um instrumento para assegurar a satisfação de necessidades, tanto biológicas quanto psicológicas. Por causa de sua rejeição de qualquer possibilidade de reconstrução histórica, esta posição era ahistórica senão antihistórica, de modo que conceitualmente, a dinâmica da cultura foi desprezada, e a unidade estudada apresentava um quê de estabilidade homeostática.

Inicialmente, Thurnwald e Radcliffe-Brown eram associados a Malinowski como funcionalistas. Entretanto, Thurnwald mostrou ser eclético em seus interesses, enquanto que, por várias razões, Radcliffe-Brown considerava o ponto de vista de Malinowski inadequado e passou a considerar

análise da estrutura social o objetivo fundamental de uma antropologia "científica", ao contrário de uma antropologia "histórica". Rejeitou o conceito de cultura. Para ele, cultura era no máximo uma espécie de manifestação secundária da vida social cujo estudo poderia ser posto de lado até que as relações que constituem o quadro de referência institucional total da sociedade tivessem sido inteiramente investigadas.

Mas o princípio funcionalista da interação institucional foi retido. Isto se evidencia nos relatórios de pesquisa de campo dos estruturalistas sociais, particularmente no que diz respeito à organização de seus dados. A visão integral (holism) na teoria funcionalista foi substituído pela concentração nos aspectos sociológicos da vida grupal. O ahistoricismo do funcionalismo foi não apenas mantido, mas enfatizado através da dicotomia estabelecida entre orientações "sincrônica" e "diacrônica", assim como o conceito associado da diferença entre pesquisa "científica" ou analítica e estudo "histórico". As controvérsias que focalizaram esta última formulação são naturalmente bem anteriores a esta sua manifestação particular; ~~num~~ continua sendo objeto de disputa sempre que antropólogos orientados para um ou o outro aspecto da análise do comportamento humano discutem problemas comuns.

Como o fator tempo era muito importante no empiricismo histórico, é natural que a sua consciência tenha surgido da necessidade não apenas de descobrir contatos passados entre os povos, mas de estabelecer os mecanismos que deram origem aos resultados observados nas instituições, e nas crenças dos povos que haviam estado em contato. A lógica desta posição, entretanto, logo levou aqueles cujas pesquisas se orientavam por este quadro de referência teórico para o estudo da dinâmica cultural. Em seus estágios iniciais, este enfoque ainda pretendia descobrir as culturas de povos não letrados antes do contato com as sociedades industrializadas da Europa e da América e desenvolver hipóteses sobre as causas das semelhanças e diferenças na distribuição observada de elementos culturais.

Em retrospecto, a mudança da análise hipotética para a análise empírica da mudança cultural pode ser considerada inevitável. O aumento do conhecimento acerca de culturas não letradas, especialmente as dos índios americanos, e acerca dos contatos históricos entre os povos estudados revelou as limitações dos objetivos e procedimentos anteriores e propiciou uma compreensão da dinâmica real de mudança. Logo se percebeu que as questões relacionadas com os instrumentos da mudança cultural, com as circunstâncias em que elementos de uma nova cultura se tornam acei-

táveis ao grupo receptor e outras, apenas poderiam ser resolvidas através do estudo de situações reais em que estavam ocorrendo mudanças resultantes do contato entre populações. Essa mudança de abordagem pode ter ocorrido a grosso modo em 1935 quando a palavra "aculturação" - um termo que, na realidade, já era conhecido no jargão antropológico desde 1880 aproximadamente - começou a ser empregada.

O deslocamento em direção ao estudo de culturas em mudança é sugerido por uma mudança concomitante nos trabalhos dos funcionalistas. Neste caso, a causa não foi o desenvolvimento lógico de um interesse teórico, mas encontra-se em fatores estranhos à antropologia. Os estudos que deram origem ao funcionalismo foram realizados em sociedades pequenas, isoladas e culturalmente estáveis - Malinowski na Melanésia, Radcliffe-Brown nas ilhas Anaman, Thurnwald na Nova Guiné. Em todos esses casos os fatores dinâmicos eram remotos; havia nelas um ar de permanência que encorajava a análise de sistemas estáveis e empurrava para o segundo plano as questões ligadas à inovação.

O interesse pela África aumentava, especialmente na Grã-Bretanha, mas também na França e na Bélgica, manifestando-se a necessidade de obter o tipo de conhecimento que apenas os antropólogos poderiam fornecer. Com a fundação do Instituto Africano Internacional em Londres, obtiveram-se as verbas de pesquisa necessárias e, contando com Malinowski como principal assessor, o trabalho na África foi planejado dentro das linhas funcionalistas. Aqui as condições de pesquisa eram enormemente diferentes das que prevaleciam no sudeste do Pacífico. As populações eram grandes, os contatos entre as sociedades africanas, assim como entre os africanos e europeus, tinham sido contínuos e de grande escala. Ao contrário da estabilidade das culturas que haviam fornecido os dados que deram origem ao funcionalismo, as sociedades africanas eram altamente dinâmicas. E como o termo "aculturação" era inaceitável para Malinowski, provavelmente porque era o conceito-chave dos empiricistas históricos, começou-se a empregar a designação "contato cultural".

Embora seja exagero dizer que temos aqui um exemplo de desenvolvimento independente, é interessante notar como uma situação total encontra respostas semelhantes, provenientes de dois pontos de vista diferentes. Esse desenvolvimento paralelo se torna mais interessante ainda se considerarmos as diferenças de abordagem e de tipo de problema estudado por ambas as orientações. Os funcionalistas e os estruturalistas mais recentes analisar o contato cultural, preocupavam-se principalmente com pro-

blante ligados às unidades básicas de parentes e não-parentes, à economia e à política. Aquelas que estavam na cultura tendiam a ampliar o campo, não apenas evidenciando as formas da cultura social, mas também ajustamentos aculturativos no campo da linguagem, da religião, da arte, da música, e, mais recentemente, no campo da educação.

O estímulo dado pelos empiricistas históricos, que só se indicado em nossa genealogia, deu outras e novas dimensões à teoria etnográfica. Apenas muito tarde o indivíduo começou a figurar no pensamento dos antropólogos. Os estudiosos americanos da cultura sempre tiveram consciência do componente psicológico. O papel do aprendizado na cultura encontrava-se implícito em sua teoria, especialmente em sua insistência na separação de raça e cultura como fatores causais no comportamento. Mas, embora implícita na teoria, a variação individual dentro das regras das formas tradicionais padronizadas raramente figurava nos esforços de pesquisa do primeiro quartel do século XX.

Seja qualquer figura isolada puder ser considerada como responável por ter trazido à tona do pensamento antropológico a importância técnica do componente psicológico na cultura, essa figura será Edward Sapir. Seu interesse foi estimulado pelas potencialidades que ele observava nos métodos psiquiátrico-psicanalíticos e seus escritos encorajaram toda uma linha nova de investigações que resultaram em numerosas enfases diferentes. Uma delas, a abordagem configuracionista, levou aos estudos de caráter nacional. Uma outra preocupava-se com a maneira em que a personalidade do indivíduo é afetada pelo seu ambiente cultural. A terceira lidava com o reflexo da aculturação nas estruturas da personalidade de indivíduos que passavam pela experiência aculturativa. Nessa linha surgiu o estudo trans-cultural do processo enculturatório, o condicionamento do indivíduo através dos processos educacionais padronizados de treinamento e imitação de seus jovens anos. E, mais recentemente, têm surgido também os estudos experimentais sobre a influência da cultura sobre a percepção do mundo físico.

A etnofilosofia desenvolveu-se a partir da descoberta de que, em qualquer abordagem integral à etnografia, o papel da cultura subjacente deve ocupar lugar preeminente. A origem mais evidente desse interesse foi a própria experiência de campo dos antropólogos, em que eles aprenderam que a avaliação global da cultura é assunto complicado que apenas pode ser feito quando se tem plena consciência do componente etnocêntrico de fazer julgamentos trans-culturais. A filosofia do relativismo cultural estava implícita nos escritos mais antigos, mas só veio quando se trouxe plenamente à tona.

na consciência da intensidade do condicionamento cultural e da devoção de cada povo ao seu próprio estilo de vida, pode emergir qualquer estudo sistemático do papel dos valores na vida de cada povo ou qualquer apreciação do significado dos valores para a teoria etnológica.

Nos dias de hoje, o campo é dominado por duas correntes: a do empirismo histórico em suas manifestações mais recentes, e a do estruturalismo. Os princípios metodológicos são derivados do funcionalismo formal. Se tal modo aceitos que são considerados naturais (*taken for granted*) pela maioria dos etnólogos; a reconstrução histórica cedeu lugar à etnografia. O recrudescimento do pensamento evolucionista representa uma tentativa de procurar novos tipos de regularidade na mudança cultural, ou de reinterpretar aqueles propostos pelo evolucionismo clássico. Todos eles são frequentemente encontrados em combinação e numa distribuição mundial à medida que o interesse pela etnologia cresce. O importante é ter consciência da derivação de todas essas correntes, de modo que os teóricos do futuro possam construir sobre as ~~xx~~ conquistas do presente.

- Bartlett, F.C. - Psychology and primitive culture. New York, Macmillan, 1928.
- Firth, R. (ed.) - Man and culture: an evaluation of the work of Bronislaw Malinowski. London, Routledge & Kegan Paul, 1957.
- Haddon, A.C. - History of anthropology. 2nd. edition. London, Watts, 1934.
- Hallowell, A.I. - Review of H.R.Hays, From ape to angel. American Anthropologist 64, 1962, pp.174-176.
- Hays, H.R. - From ape to angel. New York, Knopf, 1958.
- Herskovits, M.J. - Some problems of method in ethnography. In R.F.Spencer (ed) - Method and perspective in anthropology. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1954.
- On some modes of ethnographic comparisons. Bijdragen tot de Taal-, Land-, en Volkenkunde 112, 1956, pp.129-148.
- Laguna, F. de (ed.) - Selected papers from the American Anthropologist, 1888-1920. Evanston, Ill., Row, Peterson, 1960.
- Levy-Bruhl, L. - Les carnets de Lucien Lévy-Bruhl. Paris, Presses Universitaires de France, 1949.
- Lowie, R.H. - The history of ethnological theory. New York, Farrar & Rinehart, 1937.
- Mahdi, M. - Ibn Khaldoun's philosophy of history. London, Allen & Unwin, 1957.
- Mead, M. & Bunzel, R. (eds) - The golden age of American anthropology. New York, Braziller, 1960.
- Penniman, T.K. - A hundred years of anthropology. Rev. ed. 1952. New York, Macmillan, 1936.
- Sapir, E. - Time perspective in aboriginal American cultures: a study of method. In Mandelbaum, D. (ed.) - Selected writings of Edward Sapir in language, culture, and personality. Berkeley, University of California Press, 1949. Original de 1916.
- Spier, L. - The Sun Dance of the Plains Indians, its development and diffusion. Anthropological Papers, American Museum of Natural History, 16 (Part 7), 1921, pp.451-527.